



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 04/2018

Data da Sessão Ordinária

22 de junho de 2018

Início

20:30 horas

Termo

23:58 horas



Aos vinte e dois dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o n.º de registo 98, de oito de Junho de dois mil e dezoito, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, António Manuel dos Santos Mendes, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Natércio Francisco Canelhas Candeias, Rui Manuel Ferreira, Maria do Rosário Costa Martins, Carmen Dolores Gomes da Silva, Rogério Paulo de Sousa Palácio, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Luís Manuel Marques Rodrigues, José Manuel Sequeira da Rita, Ana Luísa Cartaxo Manique, José Manuel Ricardo. -----

Faltaram a esta sessão as Senhoras Deputadas Carla Alexandra Pereira Silvério, Vanessa Isabel Nascimento Almeida, e o Senhor Deputado Pedro José Lopes Pereira, os quais apresentaram a respetiva justificação.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da CMC, Sérgio Oliveira, pelo Senhor Vice-Presidente, Jorge Pereira e pelas Senhoras Vereadoras Ana Filipa Montalvo, Júlia Amorim e Sónia Varino.-----

A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida de Oliveira Varino (CDU), apresentou um pedido de suspensão de mandato pelo período de seis meses, devidamente fundamentado. Também estiveram presentes, para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe de Divisão Municipal de Serviços Técnicos e o Senhor Daniel Oliveira, no apoio logístico à Assembleia Municipal, todos funcionários da Autarquia.-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs para ocupar o lugar de segundo secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Municipal Natércio Candeias (PS), tendo este aceite.-----

A Mesa da Assembleia Municipal, que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segundo Secretário – Natércio Francisco Canelhas Candeias.-----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.-----

Em seguida iniciou os trabalhos com o Período Antes da Ordem do Dia.-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Secretária Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, para proceder à leitura do Edital que

convocou a presente sessão, com a respetiva ordem de trabalhos. Feita a sua leitura e posta a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente que ocorreu entre a última Assembleia e a presente e informou a Assembleia que neste período haveria uma intervenção do Senhor Professor Doutor David Justino, coordenador da Rede de Escolas de Excelência, para fazer uma apresentação/informação do *Diagnóstico Educativo de Constância*. Em linhas gerais, os pontos fortes e os pontos fracos do sistema educativo no Concelho de Constância. Propôs que as intervenções previstas pelas diferentes bancadas neste período da Ordem de Trabalhos passassem para Outros Assuntos, tendo todos concordado. Agradeceu a Presença do Professor Doutor David Justino e passou-lhe a palavra para que desse início à sua intervenção.-----

Apresentação do Professor Doutor David Justino.-----

Após a sua informal intervenção, referiu que o documento seria enviado posteriormente para os serviços de Ação Social Saúde e Educação da Câmara Municipal de Constância. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma intervenção neste período de *Antes da Ordem do Dia*.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para cumprimentar o Senhor Professor David Justino, referindo que a CDU lamentava que não tenha sido uma sessão extraordinária para debater com profundidade este aspeto da educação no Concelho, envolvendo toda a sua comunidade. Referiu que se não conseguirmos investir nela em permanência, iríamos ficar mais pobres no futuro. A educação era uma área transversal a todas as políticas e não deveria ser vista apenas no sentido da nossa escola. Era necessário e imprescindível, existirem políticas concertadas entre todos os agentes e discursos coerentes que motivem a comunidade escolar. Teceu algumas críticas à prevista inauguração do Centro Escolar de Montalvo, referindo que ainda não tinha acesso em passeio para os meninos chegarem ao Centro Escolar, bem como o facto de se deixar de pagar o transporte aos alunos fora do Concelho, porque isso era uma mais-valia para os nossos próprios alunos, era uma condição para termos o ensino secundário, porque sem o ensino secundário se perdia massa crítica, perdiam-se Professores e qualidade de ensino. Disse esperar que o Município com o bom relacionamento com a Universidade Nova, consiga manter e melhorar o que está feito.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado António Mendes (CDU) para fazer uma breve resenha histórica das escolas do Concelho em particular para os jovens autarcas que não conheciam o processo, referindo as dificuldades que existiram para se conseguirem as escolas que temos hoje. Relativamente ao diagnóstico apresentado pelo Professor David

Justino, no muito que tinha dito e no pouco tempo que falou, disse uma coisa que para si era fundamental e fazia todo o sentido: Tinha que ser aqui abordada e aprofundada a temática da educação, dado que ela é um investimento do Concelho. A fixação de Professores cria habitação, aumenta a população e se tínhamos hoje a escola que tínhamos, foi porque soubemos atrair população de outros concelhos. Naquilo que, com humildade deveria caracterizar qualquer autarca era a reflexão sobre o que melhor serviria o Concelho. Não via a nossa escola com os investimentos que foram feitos, com o esforço que a autarquia fez, que a escola fez, que o Ministério fez, a escola com menos alunos do que aqueles que tinha hoje, agora cabia aos responsáveis políticos do Município, do órgão executivo e da Assembleia Municipal, fazerem muito e trabalharem muito para que isso se mantivesse. Tinha receio que daqui a uns anos o trabalho da Universidade Nova e do Professor David Justino, pudesse ser posto em causa, referindo-se concretamente à ideia que o executivo tem de deixar de apoiar financeiramente o transporte dos alunos de fora do Concelho. Opunha-se frontalmente, pelo menos em termos de palavras, já que em termos de voto não lhe era pedido.-----

O Senhor Deputado Natércio Candeias (PS), pediu a palavra para agradecer a intervenção do Professor David Justino, com o trabalho produzido que considerava de grande importância e que nos trazia uma mensagem de alerta, no entanto, não foram referidos os fatores extrínsecos que poderiam ter influência no resultado do produto escolar ou seja, condições socioeconómicas, das políticas do país, das políticas das regiões, das comunidades, etc. Em vez de atirmos pedras uns aos outros, deveríamos centrar as nossas energias naquilo que é o problema e tentar unir forças e conseguir resultados.-----

A Senhora Deputada Isabel Costa (PS) pediu a palavra para referir que depois de ouvir as intervenções dos Senhores Deputados Rui Ferreira (CDU) e António Mendes (CDU), ficou com necessidade de colocar uma questão ao Professor David Justino. “No diagnóstico que foi feito falou que a nossa escola era frequentada por vários alunos fora do Concelho de Constância. A ideia com que fiquei era que o motivo para isso acontecer era por ser uma escola com qualidade e de haver essa vantagem atrativa. Falou-nos também do investimento na educação e deu algumas propostas de investimento na educação, como uma oferta formativa diversificada. Entendi isso e concordo plenamente, e faz todo o sentido quer no diagnóstico quer na proposta apresentada, mas depois ouvi as intervenções dos Deputados Rui Ferreira (CDU) e António Mendes (CDU), de que a escola era frequentada pelos alunos fora do Concelho, não por ser uma escola de qualidade, mas sim porque os transportes escolares eram pagos e que entendiam que o investimento na educação seria o Município ocorrer nessa despesa extra de pagar os transportes aos residentes fora do Concelho. Eu entendi que o investimento da educação como disse e

bem o Professor David Justino seria como exemplo uma oferta formativa diversificada, pelo que a questão que lhe coloco é a seguinte: Quando foi feito este diagnóstico de apoio que apresentou se tiveram em conta que um dos fatores atrativos não seria a escola de qualidade, mas sim o pagamento dos transportes escolares aos alunos não residentes no Concelho?”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Professor David Justino, para que possa responder a estas questões.-----

O Senhor Professor David Justino refere que na questão dos transportes havia uma referência no próprio plano, mas era uma decisão que cabia ao executivo e que cabia à Assembleia Municipal saber qual a melhor forma de o fazer. O que defendiam era que uma boa escola deveria ter um fator de atração, esse era um dado adquirido e se neste momento, alguns alunos são de fora do Concelho, deve-se em primeiro lugar à escola. Existiam alunos com necessidades educativas especiais, que vinham de fora do Concelho, e portanto deveriam ter isso em atenção, mas era uma decisão que não lhe competia nem queria entrar nela. Referiu igualmente que uma das coisas que valorizava cada vez mais, era começar a pensar, que quanto mais cedo se comesse a trabalhar com os miúdos, mais cedo resolveríamos os problemas do insucesso e do abandono, porque quando chegavam ao terceiro ciclo ou mesmo ao nível do secundário, as situações de insucesso na maior parte dos casos, já não eram recuperáveis, principalmente se fossem reiterados, porque lhes faltavam as bases que deveriam ter adquirido antes. O que era importante era uma política de prevenção do insucesso centrada sobre os anos iniciais da escolaridade obrigatória e de preferência com um bom pré-escolar. O atual agrupamento, felizmente, estava a garantir um pouco isso, ainda que na sua opinião, o pré-escolar e a escolaridade obrigatória eram um serviço de proximidade e portanto a ideia de preservar as salas de pré-escolar nos vários sítios era fundamental, mas não bastava a parte infraestrutural. O que contava e muito, era o empenho dos Professores, ou seja, ninguém fazia milagres se não tivessem Professores competentes, dedicados e empenhados na formação dos seus próprios alunos, não há milagres. Quando se tinha um corpo de docentes, estabilizado, consciente e conhecedor de quais os problemas que existiam na unidade, que conheciam as famílias dos alunos, isso era meio passo para que os alunos pudessem ter melhores condições e terem sucesso, isso sabia ele. Referiu igualmente alguns fatores extrínsecos como a estabilidade do corpo docente, era um dos tais fatores difíceis de dominar, “a não ser que, já o tinha dito uma vez a um Presidente de Câmara, arranjem habitações minimamente dignas para atrair Professores, e pode ser que comecem a gostar do Concelho”, era importante atrair alunos e isso já estava a ser feito, era preciso atrair também Professores que se pudessem fixar, em especial se fossem bons, porque andarem



a mudar de quatro em quatro anos criava instabilidade no corpo docente e qualquer trabalho continuado que a escola e os seus diretores, conselho pedagógico pudessem desenvolver junto dos seus Professores perdia-se passados dois, três ou quatro anos. Esse é que era o grande problema, ao qual dava uma enorme importância.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra questionou o Professor David Justino com a seguinte questão: “Sabendo nós que hoje as crianças que estão no ensino básico, estão preparadas para o mercado de trabalho daqui por vinte anos, sabendo nós também que daqui por vinte anos uma enorme percentagem de profissões, ofícios e outras atividades não existirão já, que caminho deve seguir a educação por forma a preparar agora os alunos para essa altura?”-----

Em resposta, o Senhor Professor David Justino perguntou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal se ainda se lembrava, que quando entrávamos em alguns gabinetes e víamos afixado na parede o desenho de um macaco encostado a uma esquina que dizia numa bolinha “*quando me dá uma grande vontade de trabalhar encosto-me à esquina e espero que a crise passe*”, não deveríamos fazer o papel do macaco quando as coisas estão a mudar mas sim agarrarmo-nos ao que não mudava. O *teorema de Pitágoras* já há muito tempo que continuava o mesmo, como continuavam os princípios da astronomia, da ciência e do conhecimento. O conhecimento consolidado permitia dispor dos instrumentos para lidar com a incerteza do futuro, porque se andássemos atrás de tudo o que mudava, então tínhamos que fazer como o macaco. A escola não podia mudar, ou seja a escola vai-se renovando a pouco a pouco, é um processo lento porque é uma Instituição. Perante essa incerteza sobre o futuro, aquilo em que nos deveríamos centrar era sobre aquilo que não muda e era fundamental para o conhecimento, a maneira de estar, maneira de ser, os valores, o carácter etc.-----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu ao Professor David Justino, a vinda ao nosso Concelho, o apoio que tem dado, a disponibilidade que tem demonstrado em nos ajudar nesta área fundamental para o desenvolvimento do País e da nossa terra, a educação.-----

-----Período da Ordem do Dia-----

1. Período reservado à intervenção do público;-----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de delegação de competências nas Juntas de Freguesia ao abrigo do previsto nos artigos 116º a 123º e 131º a 135º da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, n sua redação atualizada;-----
3. Análise, discussão e eventual aprovação do projeto de alteração ao Regulamento de Concessão de Pesca na Albufeira de Santa Margarida da Coutada;-----

4. Análise, discussão e eventual aprovação do Programa Estratégico de Reabilitação urbana (PERU) da ARU do Centro Histórico de Constância – Relatório de ponderação da discussão pública e versão final do PERU;-----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da adesão da Assembleia Municipal de Constância à Associação Nacional de Assembleias Municipais;-----
6. Análise, discussão e eventual aprovação do Projeto de Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Concelho de Constância;-----
7. Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;-----
8. Outros assuntos de interesse.-----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o público presente na sala se pretendiam intervir, pedindo a indicação do nome, localidade e assunto.-----

Inscreveram-se os Senhores, Arsénio Cristóvão e Álvaro Alves, ambos de Montalvo, e a Diretora do Agrupamento de Escolas Senhora Olga Antunes.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Arsénio Cristóvão, que abordou os seguintes assuntos: “A duração do sintético do Campo de Futebol Municipal, depende muito daquilo que se fez em termos de conservação no mandato anterior, enquanto vereador, juntamente com o Professor de desporto e técnico da Câmara Municipal, tínhamos ali um problema que tinha a ver com os inertes que eram transportados do calçado para o piso sintético, provocando roturas que o vão deteriorando. Falámos na altura em adquirir tapete sintético, com a empresa *Mondo*, tendo esta disponibilizado a cedência de parte de um campo de futebol da Casa Pia. O tapete sintético foi transportado e colocado junto ao campo de futebol. No final do mandato estava planeado fazer esse trabalho por administração direta. Por circunstâncias várias, nomeadamente a época de eleições o trabalho não foi executado. Preocupa-me verificar que ao longo dos meses deste executivo, o piso sintético continua amontoado sem ser aplicado. A questão que eu coloco é a seguinte: O executivo camarário tem uma solução para esses inertes? O sintético não presta e é para deitar fora? Era o que gostaria de saber, porque se é para manter lá, se a forem esticar hoje, tenho a certeza que está partida. Por isso volto a questionar: É intenção do executivo usar ou deitar fora? Outra pergunta tem a ver com a rega do campo de futebol. O executivo camarário mantém o projeto inicialmente previsto em montar a rede de rega ou vai voltar àquela situação que no mandato anterior existia, que era fazer a rega duas vezes por semana?”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Álvaro Alves, que

disse pretender lançar um alerta em relação às situações que estão agora a aparecer que eram os fogos florestais. Informou que junto ao Campo de Futebol Municipal existiam uns terrenos ao abandono, com pequenos montes de floresta, pensava que eram particulares e que alguém com responsabilidades tinha que alertar as autoridades para obrigarem os donos dos mesmos a limpar aquele espaço. Em relação aos lixos e a esta situação dos fogos, pretendia ainda referir que na Zona Industrial de Montalvo, a vinte ou trinta metros de uma empresa de madeiras, existia um amontoado de lixo, inclusive caixas de eletrodomésticos muito perto de uma fábrica de madeiras e era importante levantar aquele lixo. Continuando, pretendia colocar uma outra questão que era a seguinte: Na terça-feira passada houve uma Assembleia de Freguesia de Montalvo e a CDU, sobre os problemas dos cortes das ervas na Freguesia tinha perguntado à Senhora Presidente da Junta, como é que Junta poderia resolver o problema em Montalvo uma vez que a Zona Industrial estava uma calamidade. Entretanto a Senhora Presidente, tinha dito que ia encontrar uma solução muito em breve, que seria através de uma empresa que iria fazer uma cura. Propuseram que o empregado da Junta, que tinha uma carta profissional para poder exercer todo aquele trabalho, a fazê-lo. Tinha sido respondido que não poderia fazê-lo porque não havia técnico que acompanhasse esse trabalho. Questionaram porque é que não se dirigiam à Câmara para que um Engenheiro acompanhasse esse trabalho tendo a resposta de que a Câmara não tinha Engenheiro disponível, o único disponível estava no Parque Ambiental em Santa Margarida e não se disponibilizava para fazer outro tipo de trabalho. Pelo que questionava se a Câmara tinha ou não Engenheiros disponíveis para acompanhar este tipo de trabalhos e também gostava de saber quem da Câmara foi ao Campo de Futebol Municipal curar a erva em redor do pavimento de tijolo e se foi acompanhado por algum Engenheiro ou não, pois treinavam lá todas as semanas cerca de cento e sessenta pessoas.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra à Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Constância, Dra. Olga Antunes que refere não pretender apresentar qualquer questão mas, não ficaria bem com ela própria se não fizesse esta intervenção pública nesta Assembleia Municipal, havendo antes da ordem de trabalhos uma discussão tão importante sobre o que é a educação no Concelho. Em função das palavras do Dr. David Justino, relacionadas com a qualidade da escola, não podia qualquer Diretor de uma escola deixar de ficar orgulhoso, bem como deixar orgulhoso todo um Concelho e uma comunidade educativa alargada que via assim realçada por uma Universidade de reconhecido mérito os seus resultados como uma escola de qualidade. Todo este reconhecido sucesso se devia a um trabalho conjunto e em parceria: Escola, Município e todas as outras entidades do Concelho que diariamente colaboravam com a

Escola. Elogiou o trabalho dos Professores e lamentou o facto de alguns deles mudarem de escola todos os anos e não de quatro em quatro. Referiu que cerca de quarenta por cento dos Professores eram contratados, ainda assim, acreditava que era possível fazer um trabalho de qualidade e quando deixasse de acreditar que era possível fazê-lo, não abandonava a educação, mas deixaria de ocupar o lugar que ocupava. Uma outra questão que referiu foi o facto de achar que a vinda de famílias para a nossa escola, mudava a vida para Constância, ou seja, não vinham só para a escola, frequentavam a patinagem, a piscina e outras atividades. Para terminar agradeceu todo o trabalho que tinha sido desenvolvido pelo Município desde o Presidente da Câmara, António Mendes, passando por todos os outros Presidentes. Esperava poder continuar orgulhosa da escola que dirigia.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que responda às questões apresentadas pelo público:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu as intervenções começando por responder ao Senhor Arsénio Cristóvão. Relativamente à utilização da relva que está no Campo de futebol Municipal, disse ser um problema que tinha sinalizado e que iria ser concretizado. Relativamente à rega o projeto não tinha sido abandonado, já tinha combinado com o Chefe de Divisão dos Serviços Técnicos para ir conhecer o sistema que existe atualmente no campo da TSU (Tramagal Sport União), em Tramagal, para que fosse adotado um sistema idêntico. Em relação às questões que o Senhor Álvaro Alves colocou, informou que os terrenos que estão à volta do campo de futebol municipal eram terrenos particulares e iriam notificar o proprietário para proceder à limpeza do mesmo, se o proprietário não o fizer, terá que ser o Município a fazê-lo. Relativamente à questão do corte de ervas e do debate que foi alvo na Assembleia de Freguesia de Montalvo, a única coisa que podia dizer, era que, pelo conhecimento que tinha, foi a equipa de sapadores florestais que cortou a erva à volta do campo de futebol municipal. Não tinha conhecimento da aplicação de qualquer tipo de cura. Relativamente ao Engenheiro com credenciais para poder fazer esse tipo de credenciação, era o Senhor Engenheiro Tiago do quadro da Câmara Municipal de Constância e não era correto dizer que não tinha disponibilidade para isso, o problema era estar sobrecarregado com trabalho. Relativamente à intervenção da Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas, a Câmara Municipal continuava a manter uma excelente colaboração com o Agrupamento. Quando era necessário resolver algum problema, quer de um lado, quer do outro a disponibilidade era total, a relação institucional era gerida com uma proximidade muito grande, tentando sempre resolver os problemas apresentados. Deixou um agradecimento público ao Município de Sardoal, pela cedência

de um autocarro de forma gratuita, pelo período de dois dias para as visitas de estudo realizadas esta semana.-----

PONTO 2 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA AO ABRIGO DO PREVISTO NOS ARTIGOS 116º A 123º E 131º A 135º DA LEI Nº. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUALIZADA-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a Câmara delegava um conjunto de competências nas Juntas de Freguesia, dotando as mesmas dos recursos financeiros, que em diálogo com as mesmas, entenderam ser necessários para assegurar estas competências. Do processo de diálogo com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, foi definido um reforço das transferências de verbas para as Juntas de Freguesia. Sabendo que, para quem dá é sempre muito e para quem recebe é sempre pouco, ficaram definidos os seguintes valores: A Junta de Freguesia de Santa Margarida, passará a receber catorze mil euros anuais, a Junta de Freguesia de Montalvo, passará a receber nove mil euros anuais e a Junta de Freguesia de Constância, passará a receber quatro mil e duzentos euros anuais.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para referir que se as Juntas de Freguesia estavam de acordo, a bancada da CDU votaria a favor mas, pretendia colocar algumas questões: Se a cedência dos equipamentos para o corte de relva era feita pela Câmara Municipal, se a cedência da mão-de-obra para o sistema de rega era da Câmara Municipal e se os equipamentos do Município iam andar de Freguesia em Freguesia?-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Carmen Silva (MIC) para referir a existência de lixo em vários locais da Freguesia de Montalvo, particularmente na Zona Industrial, que tinha sido lá colocado pelos funcionários da Câmara Municipal, nomeadamente aquando da limpeza da Vila para as Festas do Concelho e no arruamento da Rua da Esperança. Estavam a falar de delegação de competências para as Juntas de Freguesia e que ia suceder era a Junta de Freguesia de Montalvo, se o lixo continuasse a ser amontoado, ter que gastar recursos para limpar lixo que a Câmara ia colocando num espaço público, em cima do pavimento e não no estaleiro da Câmara Municipal. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo solicitou a palavra, congratulando-se pelo acordo alcançado no âmbito da delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. Verificando as verbas que anteriormente eram dadas, só podiam estar satisfeitos com o acréscimo. Gostaria que fosse mais, foi o possível, sabendo que esta era uma matéria em constante avaliação pelas várias partes

interessadas, sendo sempre possível ser melhorada, tal como tinha sido referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões que foram apresentadas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que em relação às questões colocadas pelo Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) dizia o seguinte: A Junta de Freguesia de Montalvo tinha equipamentos para cortar a relva, o que tinha acontecido foi que a Junta de Freguesia de Santa Margarida tinha solicitado o corta relva da Câmara Municipal para proceder a um determinado trabalho, que foi cedido para o efeito. A atual maioria que gere a Câmara Municipal, e não era por as Juntas de Freguesia serem todas da mesma cor política, porque se assim não fosse o tratamento seria o mesmo, de forma igualitária e, mesmo que houvesse algo que não estivesse previsto no acordo de delegação de competências, a Câmara Municipal não deixaria de apoiar, porque ao apoiar as Junta de Freguesia estavam a apoiar toda a população.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu novamente a palavra, para referir que Constância recebia mais onze euros por mês, a Junta de Freguesia de Montalvo, recebia mais duzentos euros por mês e ficava grosso modo, com o espaço junto à Cantina, a Fonte, o espaço da fonte e com o espaço do Doutor Luís Soares e portanto, achava que duzentos euros mensais não eram suficientes. Em relação à Junta de Freguesia de Santa Margarida, ficava com mais cento e quarenta euros por mês e, tirando tudo aquilo que estava escrito no Protocolo, só o Parque Ambiental é que não era tratado pela Junta de Freguesia de Santa Margarida. Pensava ser um excelente negócio para a Câmara Municipal. Disse aprovar o documento com muito gosto pois, como Deputado na Assembleia, entendia que tinha sido um excelente negócio.-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra para referir que estas indefinições relativamente à gestão dos materiais ou produtos, não deveriam ser suscetíveis de gerarem problemas entre os eleitos. Estas indefinições não ajudavam nada a uma gestão transparente.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em resposta às questões apresentadas, afirmou que não tinha muito mais a dizer sobre esta matéria. Referindo que os acordos de delegação de competências não foram assim tão alterados com o que existia. Procedeu-se apenas e só a um reforço de verbas para as Juntas de Freguesia, referindo que no mandato anterior a Junta de Freguesia de Montalvo recebia apenas seis mil euros e a Junta de Freguesia de Santa Margarida recebia doze mil euros, o que não era justo, neste acordo existia um nivelamento entre as duas Freguesias.-----

E não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE PESCA NA ALBUFEIRA DE SANTA MARGARIDA DA COUTADA-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação da proposta.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o Açude de Santa Margarida se encontrava há vários anos num vazio legal no que diz respeito à concessão da albufeira. Após um processo de muita insistência perante o Instituto de Conservação da Natureza, para que dessem uma resposta atempada, foi-lhe comunicado que para ter condições de obter novamente a concessão da albufeira do Açude, era necessário atualizar o regulamento de acordo com a legislação publicada em dois mil e dezassete. Era este o passo que agora estavam a desenvolver para obter a respetiva concessão.-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra para questionar para quando o Município previa fazer os investimentos que eram necessários, porque para além da licença que era muito importante, obviamente, havia um trabalho de revitalização do espaço. A questão que colocava era saber se o projeto estava feito, quais os seus custos e para quando a sua execução.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada solicitou a palavra, informando que relativamente ao projeto da concessão, queria em seu nome pessoal e da Junta de Freguesia, congratular-se com a proposta de Regulamento que era agora apresentada para aprovação. Todos sabiam que para a Junta de Freguesia esta era uma receita muito importante pois, os recursos financeiros da Junta de Freguesia eram poucos. Finalizou dando os parabéns ao executivo camarário, solicitando o encaminhamento deste assunto com a celeridade possível.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos necessários.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao esclarecimento pedido pelo Senhor Deputado António Mendes (CDU) dizendo que o Município tinha apresentado uma candidatura à TAGUS (Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior) para a revitalização do Açude no mandato anterior. Quando tomou posse recebeu a notificação de que o projeto tinha sido rejeitado. Procederam em audiência prévia ao contraditório, e passado algum tempo receberam a resposta final no sentido da aprovação do projeto da candidatura com redução do valor, mas pouco significativa. Estavam neste momento a aguardar o respetivo financiamento para poderem

avançar com a revitalização do Açude de Santa Margarida cujo valor previsto rondava cerca de trinta mil euros. Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, José Manuel Ricardo, agradeceu as suas palavras dizendo que a Câmara Municipal estava sempre disposta a colaborar com a Junta de Freguesia, bem como com as outras duas Juntas do nosso Concelho.-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu novamente a palavra para complementar o que tinha dito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, o Açude não só era importante pelas pequenas verbas que a Junta arrecadava com os concursos efetuados, como e sobretudo, porque reforçava a atividade económica, nomeadamente nos estabelecimentos comerciais.-----

E não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA (PERU) DA ARU DO CENTRO HISTÓRICO DE CONSTÂNCIA – RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA E VERSÃO FINAL DO PERU-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação deste ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar a Assembleia Municipal que iria dar a palavra à Senhora Vereadora Filipa Montalvo, para fazer o respetivo enquadramento, dado que acompanhou de perto este assunto e estaria em melhores condições para o fazer.-----

A Senhora Vereadora Filipa Montalvo começou por informar dos procedimentos efetuados relacionados com a matéria em discussão, nomeadamente a fase de discussão pública. Informou que apenas foi apresentada uma única sugestão relacionada com aspetos arqueológicos e que foi devidamente enquadrada e integrada. Esta versão trazida à Assembleia era a versão final para discussão e eventual aprovação.-----

E não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA ADESÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra faz a apresentação desta proposta, dado ser das suas competências.-----

Começou por referir que a Assembleia Municipal de Constância tinha sido convidada pela Associação Nacional de Assembleias Municipais a integrar essa Associação, pelo que,



competia à Assembleia a decisão de aderir ou não. Os Senhores Deputados tinham em sua posse os estatutos e demais documentos, pelo que passou a palavra às diferentes bancadas.-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) referiu não se justificar a assunção de encargos com mais uma Associação. Neste momento, de boa-fé não poderia votar a favor da adesão a esta Associação, porque não sentia essa necessidade, não só pela experiência passada, mas também, por aquilo que lia no presente.-----

A Senhora Deputada Isabel Costa (PS) comunicou que a bancada dos eleitos do Partido Socialista, após refletirem e discutirem ideias, consideravam que não fazia muito sentido a adesão, sendo mesmo um Órgão desnecessário no presente momento. Pelo que, a bancada do Partido Socialista iria votar contra.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para dar a sua opinião relativamente a este assunto, por sinal coincidente com as opiniões já manifestadas. Neste momento, em sua opinião, não se deveria aderir. -----

E não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo aprovada por unanimidade a não adesão.-----

PONTO 6 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO NO CONCELHO DE CONSTÂNCIA-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação deste ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por explicar que este processo tinha sido desencadeado ainda no mandato anterior. Após os trâmites legais iniciais obrigatórios, tinha sido elaborado o projeto de Regulamento e levado a reunião de Câmara Municipal para apreciação e votação. Após a aprovação em reunião de Câmara deu-se início ao processo de discussão pública pelo prazo de trinta dias. Nesse período não houve qualquer tipo de contributos. Referiu que este projeto de Regulamento tinha sido feito para dar resposta a um desafio que tinha-mos no Concelho nos próximos anos, conseguir fixar população. Este regulamento consagrava um conjunto de incentivos de diversa natureza às empresas que pretendessem fixar-se no nosso Concelho. Era um projeto de Regulamento que tinha virtudes e defeitos como qualquer documento desta natureza, mas achava que era um instrumento fundamental para tornar o nosso Concelho competitivo na atração de investimento privado.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para referir que pessoalmente e em nome da bancada da CDU, afirmar que era melhor haver regulamento do que não

haver. Este projeto de Regulamento não era de facto nada abonatório para o tipo de empresas que tinha-mos e que ajudasse a fixar população.-----

A Senhora Deputada Isabel Costa (PS) pediu a palavra para referir que era com muito agrado que via hoje o executivo apresentar este projeto de Regulamento para aprovação, porque a partir de hoje, os potenciais investidores conheciam as regras e os incentivos de que podiam usufruir. Ficava tudo mais claro.-----

A Senhora Deputada Maria do Rosário Martins (CDU) pediu a palavra para apresentar uma questão; Partindo do pressuposto que este projeto de Regulamento seria uma versão final, parecia-lhe haver um lapso na data da reunião de Câmara Municipal em que foi aprovado o projeto de Regulamento.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos necessários.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondendo às questões que o Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) colocou, gostaria apenas de deixar uma interrogação à Assembleia Municipal: O que é que as pequenas e médias empresas tiveram até hoje de benefícios fiscais no Concelho de Constância? Tinham zero, compravam os terrenos a dois euros o metro quadrado e tinham zero de apoio da Câmara Municipal. Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Isabel Costa (PS), disse que este foi um processo muito exigente. Foram cumpridos os prazos a que se tinham comprometido com esta Assembleia Municipal que era trazer este projeto de Regulamento para aprovação em Junho.

Relativamente à questão que a Senhora Deputada Maria do Rosário Martins (CDU) colocou e a qual agradeceu, tratava-se de um lapso e deveria ser preenchido com a data da reunião em que foi aprovado.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com nove votos a favor da bancada do Partido Socialista e cinco abstenções, quatro da CDU e uma do MIC.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) apresentou uma declaração de voto que fica anexada a esta Ata como Anexo I, e dela faz parte integrante.-----

PONTO 7 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer intervenções relativamente à informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----



Pediu a palavra o Senhor Deputado Rogério Palácio (CDU), referindo que em relação à análise da qualidade do ar no Centro Escolar de Santa Margarida, gostava de saber já existia alguma conclusão sobre o problema que estava a ser investigado.-----

A Senhora Deputada Maria do Rosário (CDU) pediu esclarecimento sobre algumas reuniões efetuadas relacionadas com o dia mundial da saúde mental. Sobre as candidaturas ao programa ABEM (Rede Solidária do Medicamento) se era possível saber o número de pessoas apoiadas ou que se previsse virem a apoiar. E por último, sobre o acompanhamento e fiscalização dos processos de rendimento social de inserção, qual era a fiscalização que o executivo faria nestes processos.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, começou por responder à questão da qualidade do ar no Centro Escolar de Santa Margarida, dizendo que encomendaram inicialmente um estudo ao IPT (Instituto Politécnico de Tomar) mas, por uma questão de despiste, entenderam recorrer a uma outra empresa que fizesse outro estudo paralelo ao do IPT, e esta prestação de serviços tinha sido efetuada pela SGS Portugal, SA. Os resultados deste estudo, que era menos complexo do que aquele que o IPT tinha elaborado, apontavam resultados muito semelhantes, normais ou aceitáveis. No entanto, apontava que existia uma fonte que poluía o Centro Escolar mas não identificava a fonte em si. Relativamente às questões que a Senhora Deputada Maria do Rosário Martins (CDU), colocou, passou a palavra à Senhora Vereadora Filipa Montalvo, para prestar os esclarecimentos que forem necessários.-----

A Senhora Vereadora Filipa Montalvo esclareceu que relativamente ao programa ABEM (Rede Solidária do Medicamento), tinham sido recebidas as candidaturas e analisadas de acordo com os parâmetros que já tinham sido divulgados. O número final de beneficiários seria de doze pessoas, tinha havido mais candidaturas mas não cumpriam com os requisitos mínimos. Neste momento estavam em desenvolvimento os cartões para serem entregues aos beneficiários e dar-se seguimento ao processo.-----

Relativamente à questão da saúde mental o Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Jorge Pereira.-----

O Senhor Vice-Presidente Jorge Pereira esclareceu que se tratou de uma reunião efetuada com o responsável pela área e o assunto abordado foi um pedido de instalações para efetuar uma exposição e conseqüente apoio nesse sentido. Assunto que a Câmara Municipal estava a analisar para posteriormente tomar uma decisão.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra para informar a Senhora Deputada Maria do Rosário que em relação ao Rendimento Social de Inserção, não estava em condições de lhe responder, pelo que lhe faria chegar o esclarecimento por escrito.----

PONTO 8 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer uma intervenção.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dar conta à Assembleia Municipal de dois assuntos que considerava relevantes: Um deles já tinha dado conhecimento na última reunião de Câmara, existia um processo judicial que estava na sua informação escrita referente ao Senhor Manuel Caldelas, relativamente a uma ligação da rede de esgotos. Tinha tentado chegar a acordo com o Senhor Manuel Caldelas para não irem para julgamento, tal não tinha sido possível, pois o Senhor pretendia que o Município fizesse a ligação à rede de esgotos, que teria de ser efetuada através de um terreno particular que não o autorizava. Para além deste pedido, o autor solicitava ainda uma indemnização no montante de dez mil euros pelos danos causados durante todos estes anos em que não teve acesso a ligar os seus esgotos à rede pública. O acordo proposto pela Câmara Municipal de Constância ia no sentido de o Município assegurar a ligação à rede de esgotos e o Senhor Manuel Caldelas abdicar da indemnização dos dez mil euros. De referir que neste acordo, os proprietários do terreno anuíram à passagem da conduta de rede de esgotos. O Senhor Manuel Caldelas não aceitou o acordo e quis prosseguir para julgamento. Recebido o Acórdão do Tribunal Judicial, o Município foi condenado a fazer a ligação da conduta de esgotos ao Senhor Manuel Caldelas. Neste momento estavam reunidas as condições para o Município proceder à ligação à rede pública de esgotos. O Município tinha ficado isento do pagamento da indemnização dos dez mil euros e o acórdão transitava em julgado no dia doze de Setembro. Outro assunto que pretendia referenciar, tinha a ver com o seu compromisso relativo à travessia sobre o rio Tejo. Sobre este assunto disse que tinha encetado contatos com as Câmaras Municipais de Abrantes e Vila Nova da Barquinha, em relação à Câmara Municipal da Chamusca, o seu Presidente já tinha assumido a sua posição, ou seja, que se entendessem localizar a ponte em Constância não se oporia a essa decisão. Referiu igualmente que localização da ponte não era uma questão unânime e deveria ser decidida em conjunto, ou seja, não deveriam ser os Municípios de Abrantes, Constância e Vila Nova da Barquinha a assumir este processo, mas sim, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo que iria solicitar uma audiência com o Senhor Ministro das Infraestruturas de Portugal Dr. Pedro Marques, no sentido de perceberem a ideia do governo sobre esta matéria, para posteriormente tentarem chegar a um acordo sobre a localização da futura ponte sobre o rio Tejo como um projeto da região.

Assim, solicitou à Assembleia Municipal que aguardasse pela reunião com o Senhor Ministro para percebermos quais são as intenções do governo, sabendo que no Plano Nacional de Investimentos apresentado esta semana, não estava prevista esta situação.-- O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para dizer que acha muito estranho que o Tribunal tivesse condenado o Município por causa da falta de ligação à rede de esgotos, quando existia uma ligação à rede de esgotos. O Senhor Manuel Caldelas estava servido com uma ligação à rede de esgotos, e portanto a decisão deveria ser contestada. Se o Município não quiser recorrer ou se não forem capazes de dizer isso ao Juiz, algo ia mal, porque eram os dinheiros públicos que estavam em causa. Relativamente à ponte, o Senhor Presidente referiu os argumentos que tinha, mas nós temos toda a razão fundamentada com o aterro sanitário, os CIRVER (Centro Integrado de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos), com as promessas dos governantes que foram feitas ao Município, inclusive existia o estudo de impacto Ambiental sobre a localização da ponte. Outro assunto que questionou foi a distribuição de bilhetes para o jogo entre Portugal e Argélia, em sete de Junho, que a Federação Portuguesa de Futebol tinha enviado para os Municípios detentores de equipas de futebol federadas. Questionando a razão, porque não foram direcionados às Associações que promoviam o futebol no Concelho em vez de os distribuir aos munícipes? Aproveitando o tema do futebol questionou igualmente para quando o melhoramento da iluminação do campo de futebol de Montalvo, a resolução do problema da rega do sintético e dos tão necessários e urgentes balneários, assuntos sobejamente prometidos antes e depois das eleições. Questionou também as quatro viagens de autocarro decididas pelo executivo. Em seu entender uma coletividade que movimenta mais de uma centena de atletas não poderia ser comparada com uma Associação que executava realizações ocasionais, assim como as que têm uma atividade diária ser igual a uma que juntava de quando em vez um conjunto de amigos e associados? Obviamente que não. Não poderia nem deveria ser tratado de igual forma aquilo que não era igual. Eram apenas algumas questões que gostaria de deixar para reflexão.-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra para referir que em relação à ponte, achava positivo o caminho aqui referido. Achava importante a reunião solicitada, não obstante as dezenas de reuniões que já tinham sido feitas com esse objetivo. Em relação à posição dos Municípios, lembrou que já no passado tinham tomado posição favorável à construção da ponte em Constância quando ainda não havia a CIMT, mas sim a Associação de Municípios do Médio Tejo e era Presidente, o falecido ex-Presidente da Câmara Municipal de Alcanena Carlos Cunha. Outra questão que gostava de dar nota ao Senhor Presidente da Câmara, dizia respeito à circulação de camiões na Freguesia de

Santa Margarida, transportando lamas, ao que julgava saber, para serem depositadas como fertilizante em terrenos na zona da Casta. Escusado seria referir o mau cheiro que esses camiões libertavam. Era verdade que não era de hoje ou de há poucos dias que isso acontecia, pois já acontecia há alguns anos, mas com esta intensidade tratava-se de uma situação nova. Segundo lhe foi transmitido por alguém que admitiu conhecer o processo, eram lamas de todo o país e que cerca de noventa por cento dos camiões utilizavam a Estrada Nacional 118, sendo que o acesso aos terrenos pela zona do aterro sanitário seria mais curto do que o traçado que faziam pela Freguesia de Santa Margarida da Coutada. Disse não ter confirmado a veracidade do que referia, apenas que a Freguesia de Santa Margarida, nomeadamente a população de Vale de Mestre, da Portela, da Aldeia e de Malpique sofriam com os maus cheiros, pelo que, solicitava que dentro do possível se tentasse equacionar junto dos responsáveis, a resolução deste problema ou a sua minimização possível.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responde às questões que o Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) colocou: Relativamente ao Acórdão do Tribunal Judicial de Abrantes, era uma avaliação que ainda teria que fazer com o Assessor Jurídico da Câmara Municipal Dr. José Amaral, para depois tomarem uma decisão. Relativamente à questão do jogo de futebol, disse ter sido uma opção do executivo, não tinha sido para prejudicar os clubes de futebol, mas para dar a possibilidade de toda a população poder assistir um jogo de futebol da Seleção Nacional. Toda a população tinha tido a mesma oportunidade para fazer a inscrição. Quanto aos transportes das coletividades, disse não pretender alongar-se muito sobre a mesma, no entanto, queria dizer ao Senhor Deputado, sendo ele o Presidente de Câmara ou outra pessoa qualquer, não podia continuar a empurrar os problemas com a barriga, tinha que olhar para eles e resolvê-los. Relativamente às questões que o Senhor Deputado António Mendes (CDU) colocou, disse o seguinte: No respeitante às lamas, já tinha alguns dados em concreto, dado que tinha recebido queixas. Depois de ter feito algumas diligências foi informado que as lamas estavam a ser transportadas para o Casal da Casta, que era propriedade da Quinta da Lagoalva de Cima. Pediu um esclarecimento à Quinta da Lagoalva de Cima, a qual respondeu o seguinte: *“A sociedade agrícola da Casta acordou com a empresa Terra Fértil a entrega de composta orgânico na nossa propriedade Herdade da Casta e Rodeo para fertilização de um prado a ser instalado pelo que desconhecemos os fatos mencionados na vossa carta e os quais somos alheios e não temos qualquer responsabilidade sobre a empresa que transporta o referido produto, assim, aconselhamos V. Ex^o a contactar*

diretamente a empresa Terra Fértil para todos os esclarecimentos que julgue necessários, pelo que junto remeteu os contatos da referida empresa.”. Depois de notificada empresa Terra Fértil, esta respondeu: “Na sequência do vosso pedido de esclarecimento, confirmamos que existiu de facto um fornecimento de composto orgânico à Sociedade Agrícola da Casta e Rodeo, SA, e que essa mesma entrega já se encontra concluída, é importante referir que esta Sociedade Agrícola também se encontra devidamente licenciada para a valorização agrícola de lamas não se prevendo no entanto algum fornecimento de lamas no curto prazo. Em relação ao derrame ocorrido, a Terra Fértil não conseguiu apurar se foi de um prestador de serviço essa responsabilidade, no entanto encontramos-nos totalmente disponíveis para ressarcir a Câmara Municipal de Constância dos custos inerentes à limpeza da estrada.” Assim, iriam ser apurados os custos da limpeza e faturados à empresa.-----

A Senhora Deputada Isabel Farinha (PS) pediu a palavra para em nome da bancada do Partido Socialista, apresentar uma declaração de congratulações. Fica anexada a esta Ata como Anexo II, e dela faz parte integrante.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu novamente a palavra para referir que em relação ao Parque de Campismo, dizer que não estava à espera que a Câmara Municipal encontre arrendatário para o mesmo, nem estava contra alguém que o fosse explorar, não estava era de acordo que estivesse fechado enquanto não houvesse gente para o explorar.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou os seguintes esclarecimentos: Quanto ao Parque de Campismo, deu conta que os comerciantes estavam entusiasmados com o arrendamento do mesmo, cujo processo estava já na sua fase final. Aproveitou para transmitir a esta Assembleia Municipal que o contrato para o antigo edifício do talho iria ser assinado e ficaria ligado ao ramo das bebidas por uma renda de cento e cinquenta euros. Também o edifício frente o Centro Escolar de Santa Margarida da Coutada tinha sido adjudicado, seria para um minimercado com uma renda mensal de cento e cinquenta euros.-----

Não havendo mais intervenções, passou-se à leitura da minuta da ata, que em seguida se colocou à votação.-----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes possam

produzir efeitos imediatos.-----

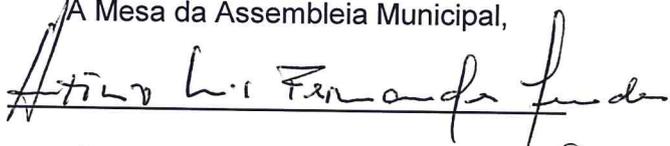
-----**ENCERRAMENTO**-----

E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e cinquenta e oito minutos.-----

A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,


ANTÓNIA TILUSA BAPTISTA DE ALMEIDA GASPAN
Carla Alexandra Pereira Silveira

Anexo I

Declaração de voto da CDU

“ Regulamento de concessão de incentivos ao investimento no Concelho de Constância

Em face da legislação pode a Assembleia Municipal, como já aconteceu anteriormente, aprovar incentivos à promoção do investimento no Concelho, no entanto a existência de um regulamento torna público e mais claro todas as medidas com que qualquer investidor pode contar. Por essa razão a CDU considera uma boa medida a existência deste Regulamento.

Quanto ao conteúdo do Regulamento votado nesta Assembleia temos a declarar o seguinte:

- a) Conhecendo muito bem os recursos do Município não podemos estar de acordo com a “cedência de máquinas e equipamentos municipais de acordo com a disponibilidade do Município” (alínea b do arteº. 3) por duas razões; por não existir capacidade para tal e depois pela discricionariedade que tal proposta contém.
- b) O emprego é a condição essencial não apenas para a criação de riqueza mas também para a fixação de pessoas de que o Concelho tanto precisa.

Sendo o tecido empresarial do País composto de 98% de pequenas e médias empresas em que o nosso Concelho está ainda assim acima desta % não se percebe como os grandes investimentos tem a % de incentivos muito próxima dos 100% ficando as pequenas e médias com valores da ordem dos 30%.

Quando a criação de uma empresa no nosso território, mesmo de 4 ou 5 trabalhadores, que em termos proporcionais pode corresponder a 400 ou 500 numa grande área metropolitana, entendemos que devem ser apoiados de igual forma tanto os pequenos, médios ou grandes investimentos independentemente dos postos de trabalho a criar.

Tendo em conta os argumentos apresentados a CDU opta pelo voto de abstenção.

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal.”



Anexo II

Declaração/Voto de congratulação

“No passado dia 8 de Junho, realizou-se na Faculdade de letras da Universidade de Lisboa a entrega de prémios da primeira edição das Olimpíadas da Cultura Clássica, um projeto da Rede de Bibliotecas Escolares e do Centro de Estudos Clássico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Esta iniciativa, cujo objetivo foi a promoção da cultura clássica, assim como o desenvolvimento nos mais jovens de um espírito humanista do conhecimento clássico, realizou-se através de um concurso onde se incluíam trabalhos escritos, expressão plástica ou trabalhos multimédia.

De entre os mais de 2000 estudantes de País que participaram nesta competição literária, a Escola Luís de Camões obteve 4 prémios para além de diversas menções honrosas. É, portanto com enorme satisfação que a bancada do PS dá os parabéns aos alunos da Escola do Concelho por este excelente desempenho, e é com muito agrado que vemos o trabalho do Agrupamento de Escolas de Constância reconhecido, uma vez mais, a nível nacional.

Uma palavra de apreço também para a Direção da Escola e pessoal docente que soube agarrar nesta oportunidade única de transmitir e desenvolver os nossos jovens o gosto pela literatura e pela cultura clássica, cujos valores e influência foram e continuam a ser determinantes para explicar o mundo que nos rodeia.

Deverá ser dado conhecimento do presente voto de congratulação ao Agrupamento de Escolas de Constância.

Constância, 22 de Junho de 2018

Os eleitos do Partido Socialista”